

DIREITOS HUMANOS e ECOPEDAGOGIA **os desafios da participação ativa de crianças e adolescentes nos processos educacionais**

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira¹ – IPF – franpini@paulofreire.org
TOMCHINSKY, Julia² – IPF – juliatom@paulofreire.org

Resumo

Este relato pretende apresentar os desafios da construção da educação em direitos humanos em espaços formais. Tem como foco a criança e o adolescente de 4 a 12 anos da educação infantil e da educação fundamental de 1ª a 4ª séries do município de Osasco (SP). A opção feita pela concepção de Educação Cidadã por parte da gestão pública municipal foi determinante para a conquista desse processo participativo, dialógico, democrático e tenso, peculiar aos projetos que procuram romper com a *educação bancária*. Outro elemento estruturante desse processo é a ecopedagogia, que traz para o espaço educacional o pensar e o viver numa relação socioambiental/sustentável construindo práticas que promovam a vida em todas as dimensões.

Palavras-Chave: cidadania, sustentabilidade, direitos humanos, estatuto da criança e do adolescente, protagonismo infanto-juvenil, projeto eco-político-pedagógico.

Introdução

A construção de uma sociedade mais justa e sustentável deve ser pautada na ética para a vida, na criticidade, na participação, no respeito, na compaixão, no afeto, na “boniteza”, na “corporeificação das palavras pelo exemplo” e no “inédito viável”, como nos dizia Paulo Freire (1997). Isso exige a criação de estratégias que envolvam crianças e adolescentes nos processos participativos nos ambientes educacionais.

Há várias experiências no Brasil que apontam para essa perspectiva, sendo algumas delas desenvolvidas pelo Instituto Paulo Freire (IPF-Brasil) em parcerias com Secretarias Municipais de Educação. A idéia-motriz, de que é preciso construir uma pedagogia em direitos humanos nos espaços educacionais indica o desafio de articular os conteúdos curriculares com a reflexão da *Educação em Direitos Humanos* na contemporaneidade. Quais compromissos a educação têm assumido na promoção dos direitos humanos numa perspectiva multicultural/pluralista e socioambiental/sustentável? Essas indagações estão presentes no exercício cotidiano dos profissionais envolvidos com os projetos de fortalecimento da cidadania desde a infância, promovidos pelo IPF.

¹ Assistente Social, mestre e doutora pela PUC/SP, Coordenadora da Educação Cidadã do IPF e sócia-fundadora do CEDECA Paulo Freire.

² Geógrafa, mestranda pela USP/SP e Coordenadora da Secretaria Socioambiental do IPF.

Podemos afirmar que o aprendizado em direitos humanos passa pelo conhecimento dos próprios direitos e dos direitos dos outros. Envolve mudanças de atitudes e posturas, além da assimilação de novas concepções acerca da convivência com a diversidade de formas de vida, de maneiras de ser e de estar no mundo. Pressupõe o entendimento de que o *direito humano* é a base para a democratização do acesso a riqueza socialmente construída.

Conforme afirma Marilena Chaui³, a sociedade brasileira é vertical, violenta e oligárquica. Todos os dias, a mídia reproduz o discurso de uma nação ordeira, generosa e pacífica. Mas a violência que assola o cotidiano da população não é um surto passageiro, ela responde às realidades de um Brasil que se estruturou, por meio de relações de tutela e de favor. A política ainda apresenta traços medievais, vem de cima para baixo, na medida em que as oligarquias ainda compõe o estrato de representantes no nosso país.

Isso explica porque não está disseminada a idéia e nem a prática da representação política entre a população. Para que a esfera pública passe a constituir-se como pública e para que sejam fundados os pilares de uma sociedade democrática, o primeiro passo é afirmar a garantia dos direitos humanos e o distanciamento dos privilégios (que são questões privadas). É a prática da política democrática que se instaura a esfera pública e a cultura do bem comum.

No que diz respeito a atuação com crianças e adolescentes, é essencial apreender o conjunto de valores e princípios preconizados pela *Constituição Federal*, pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA* e pelo *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Esses marcos legais nos provocam a olhar a realidade sob o foco de outras lentes, a acessar outras formas e conteúdos e a construir novas possibilidades de exercício da cidadania desde a infância.

Conquistamos um sistema normativo nacional e internacional dos direitos da criança e do adolescente como parte do sistema de direitos humanos: às pessoas com idade de até 18 anos são asseguradas prioridade absoluta na formulação de políticas sociais diante da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Ou seja, é exigível, não só da família, mas também da sociedade e do Estado, o dever de *assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de*

³ Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos. Brasília, setembro, 2006.

negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (art. 227, da CF).

Os valores da “Doutrina da Proteção Integral” são construídos segundo a interpretação da *Convenção Internacional de Direitos da Criança*, da *Constituição Federal do Brasil de 1988*, e da *Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*, e da interpretação das normas de direitos humanos que vem sendo sedimentada desde a Independência dos Estados Americanos em 1776 e a Revolução Francesa em 1789. Fazendo parte das normas fundamentais de um Estado, os direitos da criança e do adolescente são também diretrizes para uma sociedade que busca a paz. A paz como princípio para a eliminação da barbárie no planeta está presente na *Carta da Terra* e para o seu alcance exige de nós profundas mudanças de hábitos, atitudes e costumes no sentido de criar uma nova sociabilidade que inclua a todos(as).

O desafio que está posto nesta sociedade é o de aproximar a realidade das garantias previstas em lei, visto que a distância entre lei e realidade é a grande dificuldade de efetivação dos direitos humanos em nosso país. No Brasil, as violações são conseqüências de políticas econômicas, sociais e culturais que invariavelmente não correspondem às necessidades de saúde, lazer, educação, moradia, trabalho e cultura da população. Dessa forma, compreendemos que o compromisso de promover o desenvolvimento pleno da criança, adolescentes e jovens é de todos e todas.

A forma poética e filosófica com que Paulo Freire escreveu *Pedagogia da Autonomia* (1997) nos convida a refletir sobre vários saberes essenciais à prática educativa. Um deles é a necessária relação entre a ética e a estética. Ele faz referência ao exercício educativo aliado ao caráter formador de valores, ou seja, aprendemos conteúdos, mas, é função também do educador(a) trabalhar a dimensão da existência humana, portanto, valores como: respeito, atitudes solidárias, cooperativas e saber conviver com as diferenças num sentido de alteridade são condições necessárias para uma outra sociabilidade.

É evidente que para vivenciar esses princípios, precisamos refletir qual concepção de educação assegura essa prática educativa em que educadores(as) e educandos(as) ensinam e aprendem dialeticamente. No nosso entendimento a concepção de educação cidadã tem sido a que responde a esse desafio, visto que reconhece a educação como um ato político, o que pressupõe posicionamento crítico diante das relações de poder e dominação, a relação dialógica entre educador(a) e educando(a), a problematização da realidade, a participação democrática e ativa, o conhecimento que concebe a história do

educando(a) como parte constitutiva do currículo e a transformação dos sujeitos, considerando que no processo de ensino-aprendizagem todos tomam parte e nessa relação lêem o mundo, formulam compreensões sobre a realidade, com vistas a sua transformação.

Por isso, a escola cidadã tem em sua gestão a democracia como princípio estruturante, para que todos possam ter acesso e permanência efetiva, pública estatal, visto que é política pública permanente e laica, para que todos possam viver a diversidade cultural, com respeito a todas as opções religiosas e afetivo-sexuais.

O trabalho com crianças e adolescentes une todos(as) aqueles(as) que imprimiram as palavras, compromisso, transformação, autonomia e libertação em sua práxis cotidiana. É fundamental que as visões de mundo, as expressões, as ações e os projetos de vida das crianças não sejam silenciados por uma sociedade que, tradicionalmente, só reconhece o espaço dos adultos.

A filosofia da educação de Paulo Freire nos inspira a perceber as crianças e adolescentes como sujeitos dos direitos e, portanto, a assegurar sua participação e opinião no processo de construção coletiva das regras na família, na escola e nos grupos sociais que freqüentam. Na obra *Pedagogia da Autonomia (1997)*, o educador auxilia-nos na reflexão dos saberes necessários para o desenvolvimento de sua práxis: *convicção de que a mudança é possível; alegria e esperança; disponibilidade para o diálogo; compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo; liberdade e autoridade; respeito à autonomia do ser do educando; saber escutar; tomada consciente de decisões*, dentre outros.

É urgente reconhecer o lugar da criança e do adolescente na sociedade, com esperança e justiça socioambiental. Os desafios estão muito próximos: nas nossas famílias, na escola, na rua onde moramos, na comunidade, no bairro, na cidade, no país. Quando cada sujeito cuidar do seu “cantinho planetário”, a força transformadora do protagonismo e da participação da criança e adolescente será multiplicada.

É justamente nessa perspectiva que está inserido o projeto *Sementes de Primavera: exercendo da cidadania desde a infância*, que faz parte do *Programa Escola Cidadã de Osasco* desenvolvido em parceria pela Prefeitura Municipal de Osasco e Instituto Paulo Freire.

PROJETO SEMENTES DE PRIMAVERA

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si relação de interdependência e diversidade. Isso requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário. (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, in Loureiro, 2004:72)

O projeto *Sementes de Primavera* está inserido no Programa Escola Cidadã de Osasco, parceria firmada entre a Secretaria Municipal de Educação e Instituto Paulo Freire, visa à atualização didático-pedagógica dos segmentos envolvidos no processo de formação, estimulando para que se assumam como sujeitos do processo educativo os desafios da prática, aprimorando os seus conhecimentos e exercendo suas ações educacionais com ousadia e criatividade. A rede municipal é composta de 134 Unidades Educacionais (UE) e o Projeto *Sementes de Primavera* é desenvolvido em 101 Unidades Educacionais de ensino infantil e fundamental.

O objetivo do Projeto *Sementes de Primavera* é criar condições para o exercício da cidadania desde a infância, permitindo que as crianças e adolescentes sejam sujeitos com voz e participação ativa na construção da escola e da cidade em que vivem, contribuindo para torná-las socialmente mais justas e sustentáveis. Isso não significa deixar alunos e alunas fazerem atividades e decidirem pequenas ações, mas envolvê-los na gestão da vida escolar e comunitária, mediante a palavra dialogada e a ação cooperativa.

Esta convicção de que a mudança é possível tem possibilitado aos educadores(as) a criação e a recriação permanente de suas práticas. Quando se auto-avaliam e favorecem a avaliação coletiva, são criadas formas de intervenções na realidade, atendendo às demandas que surgem da *Leitura do Mundo*. **Por exemplo, para diminuir as brigas nos recreios as crianças sugeriram a realização de saraus, de gincanas, de rádio-recreio, de festival de teatro etc. Para diminuir as brigas nos bairros, sugeriram a integração das escolas, a partir de torneios de futebol e xadrez.** Se no início do projeto as crianças propunham a construção de piscinas dentro das UEs, hoje pensam em parcerias para realização de aulas de natação em clubes do bairro. Se no início do projeto as crianças queriam mais brinquedos, hoje os constroem com material descartado na própria escola. Se no

início do projeto sonhavam com mais árvores nas escolas, hoje pesquisam quais espécies frutíferas podem ser manejadas na área externa.

Essas e outras tantas **propostas de intervenção sugeridas pelas 1750 crianças que participam do projeto** são fruto de um processo intenso de problematização da realidade vivida e de construção coletiva de respostas para os problemas que identificam no seu cotidiano. O desafio posto é incorporar essas iniciativas ao Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP) das Unidades Educacionais de Osasco. O desafio é envolver a comunidade escolar num plano de ação para que viabilize a concretização das propostas construídas pelas crianças.

Entretanto, a defesa da criança e do adolescente, enquanto seres íntegros com acesso à um ambiente sustentável, requer interfaces entre as diversas políticas básicas, sobretudo de habitação, de desenvolvimento urbano e de educação. Diante disso, a sociedade precisa buscar soluções dialogadas que contemplem o pluralismo, sem a perda da vontade e dos interesses da maioria. Essa caminhada terá maior êxito se houver coerência com a educação libertadora, com a ecopedagogia e com a pedagogia dos direitos.

Os desafios da intervenção com crianças e adolescentes

O processo vivido pelos(as) educadores(as) aponta que, os desafios em realizar um trabalho com crianças da educação infantil na perspectiva do exercício da cidadania é ousado e inovador. A cultura construída historicamente é que nessa fase o importante é brincar. A defesa da brincadeira como direito para o desenvolvimento humano é antiga na educação. Diversos pesquisadores como Fúlvia Rosemberg e Maria Malta Campos têm pesquisado e publicado materiais que discutem e problematizam os direitos fundamentais das crianças. A experiência vivida em Osasco tem nos convidado e convocado à ousadia e criatividade. As linguagens que contemplam o protagonismo infantil são dinâmicas apropriadas às crianças de modo que teçam relações com a realidade vivida e proponham caminhos para transformar a realidade dentro do seu contexto. Os conteúdos como diversidade, sustentabilidade, participação, convivência etc. são trabalhados cotidianamente.

As descobertas feitas pelo grupo de representantes de sala são socializadas com as demais crianças da escola por meio de um “Diário Circulante”, caderno em que as expressões significantes (seus valores, idéias e desenhos) são registradas com a observação dos(as) educadores(as) do IPF. Por exemplo, ao trabalhar a metamorfose

da borboleta junto às crianças, a seguinte frase foi anunciada por uma menina “*a escola poderia ser um grande casulo*”. Essa intervenção foi o gancho para que o grupo percebesse que o dia-a-dia da escola não era estático e que poderiam ocorrer mudanças. Mais tempo no parque, baú de fantasias, passeio no teatro, *self-service* foram algumas das idéias dessas crianças.

O trabalho na educação infantil exige um tempo adequado para que as crianças compreendam as múltiplas formas de participação e protagonismo. No entendimento de Lima (2003): As atividades de constituição e exercício da função simbólica e as práticas artísticas atravessam os tempos...Por serem atividades que integram a função simbólica e a emoção, as artes têm grande significado no processo de desenvolvimento da infância e da adolescência. Para a criança pequena o desenho, a música e o teatro são práticas necessárias, uma vez que elas constituem o processo de desenvolvimento (p.04).

Se a proposta é um baú de fantasias, quais são os personagens que essas crianças querem representar? Como podemos fazer as fantasias? Em qual cantinho da escola ficará o baú? Essas e outras questões problematizadoras têm permitido a ampliação do conhecimento das crianças, estimulando suas intervenções no ambiente escolar.

Assim, a valorização cultural dos trabalhos executados pelas crianças da Educação Infantil, por meio de seus desenhos, expressões, apresentações, murais e sistematizações, por parte dos educadores/as, é fundamental no processo de fortalecimento do exercício da cidadania desde a infância. É inaceitável o fato de um adulto deixar de expor um trabalho porque discorda das cores que foram utilizadas ou porque o nome está escrito de forma equivocada.

Reiteramos que ao desenvolver o trabalho com o grupo *Semente* são considerados, respeitados e problematizados os aspectos concernentes a essa modalidade de ensino, especialmente no que se refere a: rotinas estabelecidas; ritmos de aprendizagem; fases do desenvolvimento infantil; construção de Projeto-Eco-Político-Pedagógico; integração/Interação educador-educando.

O educador(a) do Projeto *Sementes de Primavera*, em parceria com os adultos da comunidade das Unidades de Educação Infantil que participam do Grupo *Plantio* (familiares, funcionários da escola e professores), tem observado os interesses das crianças para que sejam desenvolvidas atividades que as atraiam à participação e às provoque a intervir, interagir, acordar princípios de convivência e novos valores.

Estimular a sensibilidade e promover o diálogo, por meio de diversas linguagens, têm possibilitado construir o entendimento do que pode ser o exercício da cidadania desde

a infância nas salas de aula, na escola e em outros espaços. Deste modo, tem aumentado gradativamente o respeito à fala, às opiniões e aos interesses das crianças, que devem ser incorporados ao Projeto-Eco-Político-Pedagógico das Unidades de Ensino Infantil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos não pressupõem ações “para” as crianças, mas “com” elas. Não são feitas “por” elas, mas “junto” com elas. Não são levadas propostas “prontas”, mas sim discutidas alternativas para a construção coletiva do conhecimento. A partir da *Leitura do Mundo* educadores(as) e educandos(as) estruturam cada momento do processo educacional com o propósito de aprofundar os temas significativos sinalizados pelas crianças.

Assim, os laços entre “o que se faz” e “o que se pensa acerca do que se faz” têm sido estreitados. É a união entre a teoria e a prática, a filosofia da práxis, que tem possibilitado às crianças de Osasco reagirem às suas condições reais de existência. Ao mesmo tempo em que refletem sobre a participação ativa desde a infância, elas se engajam na vida da escola, da família e da comunidade. Ao observar sua realidade, problematizá-la e interagir com o outro, ensejando a compreensão de seu espaço social, está sendo construída uma educação que transforma cada espaço da cidade em espaço favorecedor do exercício da cidadania.

Para Freire (1997), a história se coloca como uma,

...possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (pp.76-77).

O trabalho é desenvolvido nas UEs, por meio de encontros semanais entre os(as) educadores(as) do IPF e as crianças eleitas/escolhidas como representantes de sala pelos seus colegas de classe. As atividades tomam como ponto de partida a concepção da educação freiriana, que visa à humanização, à emancipação do ser humano, à transformação social, construindo realidades mais justas e igualitárias. Uma educação que concebe o ser humano como sujeito da sua própria história, como um ser capaz de analisar o seu “estar sendo no mundo”, de compreender a realidade vivida e de agir sobre a realidade, transformando-a para melhor. Uma educação que reconhece o educando no

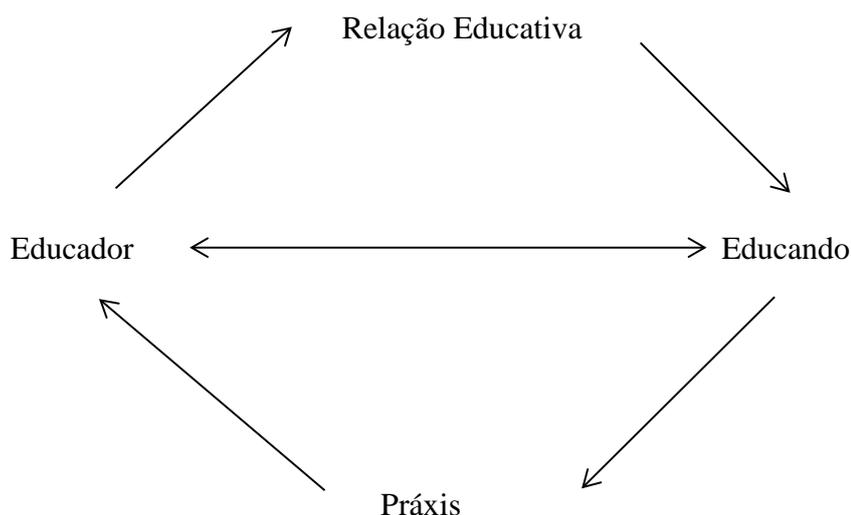
educador e o educando no educando, pois entende que, no processo educacional, todos ensinam e aprendem. Os **princípios pedagógicos que orientam a prática** são dialogicidade, amorosidade, reflexão crítica, ludicidade, participação cidadã.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

- ⊗ **Leitura do Mundo:** conhecer o que pensam as crianças sobre o mundo vivido, suas expectativas, desejos, interesses, necessidades e propostas para a transformação da realidade vivida.
- ⊗ **Tematização e Problematização:** levantar os temas significativos e refletir criticamente sobre cada um deles, respeitando o grau de desenvolvimento humano de cada faixa etária.
- ⊗ **Ampliação do conhecimento:** aprofundar a compreensão da realidade constatada, dos desafios identificados e das propostas de intervenção sugeridas. Isso será feito a partir de perguntas que desafiam o grupo a discutir coletivamente possíveis caminhos para superar situações cotidianamente enfrentados na UE e no bairro. Mais do que dar respostas, serão lançados desafios e discutidos coletivamente possíveis soluções, a partir de dinâmicas que provocam/desafiam o grupo.
- ⊗ **Intervenção no mundo:** a partir da compreensão de cada temática discutida, decidir sobre as ações para transformação da realidade (ler o mundo para transformá-lo).
 - Como a comunidade escolar será consultada sobre a proposta escolhida pelo grupo?
 - Como o ECA assegura nossos direitos? Quais princípios da Carta da Terra podem nos orientar para viver de forma sustentável?
- ⊗ **Avaliação permanente:** avaliar dialógica e processualmente cada etapa do projeto, buscando identificar os avanços e desafios para reorientar a prática.

TEMAS GERADORES

Em julho de 2007, foi realizado um processo de formação com os(as) educadores(as) do projeto *Sementes de Primavera*, em que foi trabalhada a metodologia freiriana como pressuposto básico para o exercício da cidadania desde a infância. Buscou-se problematizar o ser educador, sua relação com os educandos e com o mundo, numa perspectiva da construção da práxis educativa, conforme o esquema abaixo:



O ser humano é um ser de desejos, afetos múltiplos e de relações. Um ser “inacabado”, “inconcluso”, que deve buscar *ser* com o outro. Isso implica comunicação, conflito, co-responsabilidade, abertura para o novo e para o diferente. No âmbito do projeto *Sementes de Primavera: exercendo a cidadania desde a infância*, isso implica numa concepção de educação que constrói o conhecimento a partir de *temas geradores* que possibilitam ao educando refletir/intervir no mundo.

TEMA GERADOR 1: PROJETO SEMENTES DE PRIMAVERA

- Princípios de convivência: como a comunidade escolar convive?
- Representação: qual o lugar da criança na gestão escolar?
- Canais de comunicação: como a comunidade escolar se comunica?
Elaboração: diário circulante e mural de comunicação.

TEMA GERADOR 2: Escola Cidadã e Cidade Educadora

- Meio Ambiente e Sustentabilidade: como é a nossa escola? como é o nosso bairro? como é o nosso planeta? qual o papel da escola nesse bairro e nesse planeta?
- Cultura e Diversidade: como é a cultura de nossos familiares e como é a nossa? como convivemos com as diferenças?

Elaboração: expressão artístico-cultural (e demais possibilidades sugeridas pelas crianças)

TEMA GERADOR 3: Direitos Humanos

- Direitos universais
- Direitos da criança e do adolescente: educação, saúde, cultura, esporte e lazer; convivência familiar
- Quais são os espaços de proteção social?
Elaboração: (a definir)

TEMA GERADOR 4: Avaliação Dialógica e Continuada

- Relação escola/comunidade
- Interface entre os eixos do PEC

- Participação do grupo *Plantio*
- Participação do grupo *Semente*
- Participação e desempenho dos educadores/estagiários IPF
- Contribuições da equipe de acompanhamento pedagógico
- Infra-estrutura

Os conteúdos significativos apresentados pelas crianças foram organizados nos eixos temáticos acima apresentados. Semanalmente eles são desenvolvidas atividades junto às crianças para ampliar o conhecimento sobre cada um deles. A síntese das descobertas são apresentadas para a comunidade escolar em diferentes ocasiões (ex.: conferências, palestras, Conselho de Gestão Compartilhada e Associação de Pais e Mestres, reunião de pais, festa da escola cidadã etc.) por meio de *produções lúdicas*. Todos os temas geradores têm como marco referencial o exercício da cidadania desde a infância.

PRÓXIMOS PASSOS

Durante o segundo semestre de 2008, os(as) educadores(as) sistematizarão junto às crianças uma versão lúdica do PEPP em cada uma das UEs. Serão enfatizadas as propostas de intervenção construídas ao longo do desenvolvimento do projeto, tais como: construção de *princípios de convivência* entre as crianças; criação de *canais de comunicação* (diário circulante, mural, caixa de sugestão, *fanzine*); criação de manifestações artístico-culturais (rap, teatro, sarau, fotografia etc.); organização de *assembléia de alunos(as)*; exercício de representação em âmbito escolar e municipal; atividades de *Leitura do Mundo* e ampliação do conhecimento das crianças; desenvolvimento de parcerias entre escola e comunidade (multirão de limpeza, plantio de árvores, oficina de brinquedos etc.).

O maior desafio a ser enfrentado é tornar a educação em direitos humanos um tema transversal. Segundo a Lei nº 11.525/2007, o currículo do ensino fundamental inclui obrigatoriamente conteúdo que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes. Quando a comunidade escolar incorporar a concepção de criança defendida no ECA, projetos como o *Sementes de Primavera* certamente terão maior alcance.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho?** Como organizar o colegiado escolar. 2ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil.** Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Petrópolis, 2000.

GUTIERREZ, Francisco e Cruz Prado. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária.** São Paulo: Cortez.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Elvira Souza. **A Criança Pequena e suas linguagens.** São Paulo: Sobradinho, 2003.

LOUREIRO. Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico:** uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MEC. **Critérios para um atendimento em creches que Respeite os Direitos Fundamentais.** Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995.

MELO, Suely Amaral. **O espaço da escola da infância.** Texto elaborado em sala de aula no curso de pedagogia da FFC/Unesp/Marília em 2003. mimeo.

MUNÔZ, César. **Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico.** São Paulo: Cortez, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto. **Educar em Todos os Cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Currículo Intertranscultural.** São Paulo: Cortez, 2003.

PINI. Francisca Rodrigues de Oliveira. **A construção das relações sócio-afetivas na família e seu papel na educação dos filhos.** Programa de Formação Continuada a Distância: NTC/PUC/SP, FENABB e Fundação Banco do Brasil, 2003.

_____. **FORUNS DCA: Fios que tecem o Movimento da Infância e da Adolescência na construção de caminhos para a democracia participativa.** Tese de Doutorado/PUC/SP, 2006.

TORRES, Carlos Alberto. **Pedagogia da luta.** Da pedagogia do oprimido à escola pública popular. Tradução Luzia Araújo, Tália Bugel. Campinas: Papirus, 1997.